

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 12 – Corpo, Gênero e Sexualidade

**Pânico moral e enquadramentos:
pautas LGBTQIA+ como arenas centrais de conflito político**

Hebert de Paula Giesteira Villela¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, gênero e sexualidade consolidaram-se como arenas centrais das disputas políticas e simbólicas no Brasil contemporâneo. Mais do que campos específicos de reivindicação de direitos, essas categorias passaram a estruturar controvérsias mais amplas sobre pertencimento social, moralidade pública e limites do reconhecimento estatal. Em torno delas organizam-se conflitos que atravessam instituições, mídias, arenas religiosas e espaços digitais, mobilizando afetos coletivos, repertórios morais e concepções concorrentes de ordem social. Nesse cenário, políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ frequentemente deixam de ser tratadas apenas como instrumentos administrativos ou mecanismos de inclusão institucional, passando a figurar como símbolos condensadores de disputas mais profundas sobre autoridade moral, proteção social e legitimidade democrática.

Um aspecto particularmente revelador dessas dinâmicas reside no modo como controvérsias institucionais relativamente circunscritas são reinterpretadas como ameaças morais amplas. Propostas de criação de conselhos participativos, políticas de reconhecimento ou iniciativas voltadas à promoção da cidadania LGBTQIA+, por exemplo, tornam-se em diversos contextos, objetos de mobilizações públicas intensas, nas quais são apresentadas como riscos à família, à infância ou à ordem social. O fenômeno sugere que a disputa não se

¹ Doutor em Sociologia. Docente UNIFAMMA. hebertmga@gmail.com.

dá apenas no plano normativo ou administrativo, mas envolve processos mais amplos de produção de sentido no espaço público. O problema analítico que orienta este artigo consiste, portanto, em compreender como e por que demandas institucionais específicas são transformadas em ameaças morais difusas, capazes de reorganizar percepções públicas e reconfigurar decisões políticas.

A literatura sobre pânico moral oferece uma chave interpretativa para compreender o deslocamento de conflitos políticos para o plano moral. Desde a formulação de Stanley Cohen, o conceito descreve processos em que grupos, práticas ou políticas passam a ser definidos como ameaças aos valores da sociedade, sendo retratados de forma alarmista por atores como mídia e autoridades (COHEN, 2002). Nesses episódios, a reação social costuma envolver preocupação pública ampliada, hostilidade dirigida a determinados grupos e desproporção entre o perigo percebido e as evidências disponíveis (GOODE; BEN-YEHUDA, 1994).

Mais recentemente, revisões críticas apontam que pânicos morais não devem ser entendidos apenas como reações irracionais, mas como momentos de intensificação de disputas culturais e políticas sobre valores e fronteiras sociais (GARLAND, 2008). Nessas situações, conflitos complexos são simplificados em narrativas moralizantes que ampliam riscos percebidos e reforçam divisões entre o aceitável e o inaceitável. No campo das disputas sobre gênero e sexualidade, a ampliação de direitos frequentemente desencadeia reações que apresentam políticas de reconhecimento como ameaças à família, à infância ou à ordem moral, deslocando sujeitos LGBTQIA+ da condição de titulares de direitos para alvos de suspeição e controle social (FACCHINI, 2003; SILVA; PEREIRA, 2020; QUINALHA, 2020).

Este artigo dialoga com essa tradição analítica ao examinar a articulação entre pânico moral e disputas interpretativas em torno de pautas LGBTQIA+. Parte-se da premissa de que conflitos políticos não se definem apenas por correlações formais de força ou por disputas procedimentais no interior das instituições, mas também por disputas pela definição pública dos problemas, de seus significados e de suas consequências socialmente aceitáveis. Nessa perspectiva, a moralização do conflito aparece como um mecanismo decisivo de reconfiguração do debate político, capaz de deslocar demandas por cidadania, reconhecimento

e participação institucional para uma gramática defensiva estruturada pela ideia de ameaça iminente.

O argumento sustenta que o pânico moral atua como dispositivo de regulação da vida pública ao mobilizar narrativas de risco e decadência social que reinterpretem demandas por direitos como ameaças à ordem. Esse processo eleva os custos políticos da adesão institucional a pautas LGBTQIA+, favorecendo dinâmicas de deslegitimação ou bloqueio dessas iniciativas. Em contextos locais, tais dinâmicas podem produzir efeitos diretos nas arenas decisórias, sobretudo quando esses enquadramentos alcançam ressonância cultural e credibilidade pública, ampliando sua influência sobre percepções coletivas e decisões institucionais (SNOW; BENFORD, 1988; BENFORD; SNOW, 2000).

Sob uma perspectiva relacional, essas disputas resultam da interação entre movimentos e contramovimentos que disputam sentidos e recursos no espaço público. Nesse processo, ofensivas conservadoras em torno de gênero e sexualidade assumem a forma de projetos políticos organizados que articulam registros morais, jurídicos e administrativos. Essas mobilizações integram uma configuração neoconservadora marcada por coalizões entre atores religiosos e seculares voltadas a conter ou reverter avanços nos direitos feministas e LGBTQIA+ (BIROLI, 2020).

É nesse contexto que se coloca a questão analítica que orienta este trabalho, que seja compreender como disputas institucionais relativamente específicas, como a criação de conselhos participativos, passam a ser reinterpretadas como ameaças morais amplas por meio da ativação de enquadramentos de pânico moral. Ao converter iniciativas voltadas à ampliação da participação democrática em sinais de risco ou desordem social, esses enquadramentos reconfiguram o ambiente simbólico no qual decisões políticas são tomadas, influenciando diretamente a dinâmica das arenas institucionais.

Empiricamente, o artigo analisa episódios de controvérsia pública envolvendo políticas LGBTQIA+ a partir da rejeição do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+ em Maringá, em 2021, examinada na tese que fundamenta este trabalho, e de caso semelhante ocorrido em Londrina no mesmo ano. A articulação desses episódios não busca uma comparação sistemática, mas identificar mecanismos recorrentes de moralização do conflito, nos quais políticas participativas são reinterpretadas como ameaças morais. Ao evidenciar essas dinâmicas, o estudo contribui para compreender como disputas sobre gênero

e sexualidade reconfiguram conflitos políticos no Brasil contemporâneo, redefinindo os limites do reconhecível, do legítimo e do politicamente aceitável.

O artigo organiza-se da seguinte forma. Inicialmente, discute-se a centralidade de gênero e sexualidade nas disputas políticas contemporâneas a partir da abordagem dos enquadramentos interpretativos. Em seguida, analisa-se o conceito de pânico moral como mecanismo de regulação moral da vida pública. Na sequência, examina-se o papel dos contramovimentos conservadores na produção e difusão desses enquadramentos. Posteriormente, apresentam-se episódios ocorridos em Maringá e Londrina como ilustrações analíticas dessas dinâmicas. Por fim, a conclusão retoma os principais argumentos e discute suas implicações para a compreensão dos limites da institucionalização de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ no Brasil.

2. Gênero, sexualidade e conflito político: enquadramentos e produção de sentido

A centralidade assumida por gênero e sexualidade nas disputas políticas contemporâneas não pode ser compreendida apenas como resultado da ampliação de agendas identitárias ou da emergência de novos sujeitos coletivos no espaço público. Trata-se, antes, de um processo mais amplo no qual essas categorias passam a operar como dispositivos privilegiados de classificação moral, organizando percepções sociais sobre normalidade, perigo e legitimidade. A sexualidade, nesse sentido, não constitui apenas um campo de expressão da vida privada, mas um terreno historicamente atravessado por regimes de regulação social, moral e política.

Gayle Rubin (1989) argumenta que a sexualidade opera como um sistema hierárquico de classificação moral, no qual práticas e identidades são distribuídas entre o aceitável e o desviante. Nesse arranjo, algumas formas de sexualidade são institucionalmente legitimadas, enquanto outras permanecem nas margens da aceitabilidade social, tornando-se alvos de estigmatização e controle. Conflitos em torno da diversidade sexual, portanto, envolvem não apenas a distribuição de direitos, mas também a disputa pelas fronteiras simbólicas da cidadania.

Essa dimensão ajuda a explicar por que debates sobre políticas públicas de gênero e sexualidade tendem a adquirir elevada intensidade política. Ao mobilizar valores associados à

família, à infância e à moralidade, essas controvérsias frequentemente extrapolam o plano jurídico e passam a ser interpretadas como disputas sobre a própria ordem social, nas quais reivindicações por reconhecimento podem ser enquadradas como sinais de desordem ou ameaça cultural (MISKOLCI, 2007).

Nesse contexto, a abordagem dos enquadramentos interpretativos oferece ferramentas analíticas particularmente úteis para compreender como essas disputas de significado são produzidas e disputadas no espaço público. Inspirada inicialmente na obra de Erving Goffman (1974), a abordagem teórica-metodológica dos enquadramentos interpretativos foi posteriormente desenvolvida no campo dos estudos sobre movimentos sociais por autores como Snow e Benford (1988; 2000). Segundo essa perspectiva, atores coletivos não apenas respondem a estruturas políticas ou oportunidades institucionais, mas também produzem interpretações da realidade social capazes de orientar percepções, atribuir responsabilidades e mobilizar apoio público.

Enquadramentos interpretativos podem ser compreendidos como esquemas de interpretação que permitem organizar experiências sociais e definir o significado público de determinados acontecimentos. Ao selecionar certos aspectos da realidade, enfatizar determinados problemas e sugerir soluções específicas, os enquadramentos contribuem para tornar determinadas interpretações socialmente plausíveis, enquanto outras são marginalizadas ou deslegitimadas. Nesse sentido, disputas políticas podem ser compreendidas também como disputas pela definição legítima da realidade social.

No campo das pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, essa disputa de enquadramentos assume contornos particularmente intensos, pois movimentos LGBTQIA+ frequentemente mobilizam uma gramática de direitos ancorada em princípios de igualdade, dignidade e cidadania, buscando enquadrar suas demandas como questões de justiça social e reconhecimento democrático. Em contrapartida, atores conservadores produzem enquadramentos concorrentes que deslocam essas demandas para o terreno da moralidade, reinterpretando políticas públicas voltadas à diversidade sexual como ameaças à família, à infância ou à ordem moral da sociedade.

Esse deslocamento interpretativo não é neutro, pois ao redefinir o significado público de determinadas reivindicações, os enquadramentos alteram as próprias condições de inteligibilidade da política. Debates originalmente centrados em igualdade jurídica ou

participação institucional podem ser convertidos em controvérsias morais de alta intensidade afetiva, nas quais narrativas de proteção, risco e decadência social passam a ocupar o centro do debate público.

É nesse ponto que a articulação entre enquadramentos interpretativos e pânico moral se torna analiticamente decisiva. O conceito de pânico moral, formulado por Stanley Cohen (1972) e posteriormente desenvolvido por autores como Goode e Ben-Yehuda (1994) e David Garland (2008), descreve processos sociais nos quais determinados grupos, práticas ou políticas passam a ser construídos publicamente como ameaças graves aos valores e interesses da sociedade. Nessas situações, atores sociais diversos, incluindo lideranças políticas, meios de comunicação, organizações religiosas e especialistas, participam da amplificação simbólica do problema, contribuindo para a construção de um clima de preocupação pública desproporcional em relação ao fenômeno que lhe dá origem.

Articulado à abordagem teórica-metodológica dos enquadramentos interpretativos, o conceito de pânico moral permite compreender como disputas políticas podem ser reorganizadas como crises morais, nas quais sujeitos sociais passam a ser representados como ameaças coletivas. No campo da diversidade sexual, esse processo frequentemente envolve narrativas que apresentam pessoas LGBTQIA+ ou políticas de reconhecimento como riscos à ordem social, deslocando o debate do campo dos direitos para o da moralidade.

Essa dinâmica não se explica apenas como reação espontânea a mudanças culturais. Estudos sobre movimentos e contramovimentos indicam que ofensivas conservadoras em torno de gênero e sexualidade constituem projetos políticos organizados, que disputam sentidos públicos, recursos institucionais e legitimidade em oposição a avanços de movimentos progressistas (SILVA; MAZZILLI, 2020).

Desse modo, conflitos contemporâneos em torno de gênero e sexualidade não podem ser compreendidos apenas como disputas culturais difusas, mas como arenas de conflito político estruturado nas quais diferentes atores mobilizam enquadramentos concorrentes para definir o significado público da igualdade, da família e da própria democracia. Ao examinar como esses enquadramentos são produzidos, disputados e institucionalizados, torna-se possível compreender como debates sobre diversidade sexual são progressivamente reorganizados como disputas morais de alta intensidade, criando condições favoráveis à emergência de pânicos morais no espaço público.

3. Pânico moral como dispositivo de regulação moral da vida pública

A forte carga moral historicamente associada à regulação da sexualidade torna esse campo propenso à ativação de pânicos morais. Como discutido na seção anterior, disputas em torno de gênero e sexualidade tendem a mobilizar classificações normativas profundamente enraizadas sobre família, infância, corpo e ordem social. Nesse contexto, controvérsias envolvendo políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ raramente permanecem circunscritas ao plano administrativo ou institucional, sendo frequentemente reinterpretadas como ameaças morais mais amplas. A noção de pânico moral oferece, portanto, uma chave analítica relevante para compreender como conflitos políticos relativamente específicos podem ser amplificados e reorganizados como crises morais no espaço público.

Desde sua formulação clássica, Stanley Cohen (2002) descreve o pânico moral como um processo social no qual determinados grupos, práticas ou políticas passam a ser construídos como perigos iminentes à ordem social. Nessas dinâmicas, ansiedades difusas são condensadas em figuras simbólicas específicas, os chamados *folk devils*, que passam a encarnar ameaças percebidas como urgentes e intoleráveis. O processo envolve a simplificação de conflitos complexos, a amplificação seletiva de riscos e a construção de narrativas que apresentam determinadas intervenções políticas como necessárias e inevitáveis para a preservação da ordem moral.

Releituras contemporâneas do conceito ampliaram essa perspectiva ao deslocar o foco da análise de reações emocionais coletivas para os processos institucionais e discursivos que tornam esses pânicos socialmente eficazes. Autores como Garland (2017) e Machado (2017) enfatizam que pânicos morais não emergem espontaneamente da sociedade, mas resultam da articulação entre diferentes arenas de produção de sentido, incluindo meios de comunicação, discursos especializados, autoridades políticas e dispositivos normativos. Nesse sentido, o pânico moral pode ser compreendido como um mecanismo recorrente de governo simbólico, capaz de reorganizar percepções públicas e legitimar respostas políticas que, em outras circunstâncias, poderiam parecer desproporcionais ou injustificadas.

A análise das controvérsias em torno das pautas LGBTQIA+ exige reconhecer que disputas sobre sexualidade se estruturam historicamente por hierarquias morais que

classificam práticas e identidades segundo sua proximidade com ideais normativos de família e respeitabilidade social. Como argumenta Rubin (1989), essas hierarquias organizam sistemas duradouros de valorização e estigmatização das sexualidades. O pânico moral atua como mecanismo de atualização dessas classificações ao transformar identidades ou políticas em símbolos de ameaça coletiva, deslocando sujeitos LGBTQIA+ da condição de portadores de direitos para alvos de vigilância e contenção institucional.

No Brasil recente, essa dinâmica ganha contornos específicos com a difusão da narrativa da “ideologia de gênero”. Como mostram Miskolci (2022) e Birolli (2020), esse enquadramento agrega diferentes ansiedades morais ao articular argumentos religiosos, jurídicos e pseudocientíficos que apresentam políticas de igualdade de gênero e cidadania sexual como ameaças à família, à infância ou à ordem social. Ao funcionar como rótulo difuso, a noção de “ideologia de gênero” permite que políticas públicas e reivindicações por direitos sejam reinterpretadas como parte de um projeto ideológico supostamente destrutivo.

Nessa engrenagem, o pânico moral atua como um dispositivo de regulação moral da vida pública ao redefinir os próprios termos do debate político. Em vez de se discutir o desenho institucional, a legalidade ou a eficácia de políticas voltadas à população LGBTQIA+, o foco desloca-se para cenários de risco moral, nos quais a urgência da contenção se sobrepõe à deliberação democrática. Esse deslocamento não permanece restrito ao plano discursivo, pois ao amplificar percepções de ameaça e reorganizar expectativas sociais sobre proteção e ordem, o pânico moral eleva os custos simbólicos e políticos da adesão institucional a essas pautas, constringendo atores políticos e reconfigurando o cálculo decisório em arenas legislativas e administrativas.

Ao operar dessa forma, o pânico moral não apenas deslegitima demandas por reconhecimento e participação política, mas também redefine os próprios sujeitos da política. Corpos e experiências LGBTQIA+ deixam de ser apresentados como portadores de direitos e passam a ser enquadrados como objetos de vigilância, risco ou contenção. Trata-se de um processo de desumanização simbólica sutil, no qual a linguagem da proteção e da defesa encobre práticas de exclusão e apagamento institucional. A cidadania sexual torna-se, nesse contexto, condicional e precária, constantemente sujeita à revogação simbólica no interior do debate público.

Compreender o pânico moral como dispositivo de regulação moral da vida pública permite, portanto, deslocar a análise de uma leitura moralizante das reações conservadoras para uma investigação de seus efeitos políticos e institucionais. Mais do que expressões isoladas de intolerância, esses processos configuram modos específicos de gestão do conflito político, nos quais a moralização opera como instrumento de regulação social e de contenção democrática. Essa perspectiva ajuda a explicar por que, mesmo em contextos de reconhecimento jurídico formal de direitos, políticas voltadas à população LGBTQIA+ permanecem vulneráveis a bloqueios, reversões e esvaziamentos no plano institucional.

4. Contramovimentos, enquadramentos e a moralização do conflito

A ativação de pânicos morais em torno das pautas LGBTQIA+ não pode ser compreendida como um fenômeno espontâneo nem como simples reação difusa da sociedade a mudanças percebidas como rápidas ou disruptivas. Como discutido, o pânico moral constitui um mecanismo de produção e amplificação de ameaças simbólicas no espaço público. Contudo, sua eficácia política depende da atuação de atores capazes de mobilizar, organizar e difundir esses enquadramentos. Nesse sentido, a literatura sobre contramovimentos oferece ferramentas analíticas importantes para compreender como narrativas moralizadas de risco e ameaça são estrategicamente produzidas e incorporadas às disputas políticas contemporâneas.

A abordagem dos contramovimentos enfatiza o caráter relacional da ação coletiva, na qual movimentos e contramovimentos se constituem mutuamente em processos contínuos de interação e disputa. Desde Meyer e Staggenborg (1996), contramovimentos são compreendidos não apenas por sua oposição a determinadas agendas, mas por sua capacidade de mobilizar recursos, apoiadores e interpretações públicas sobre problemas sociais. Como destacam Silva e Pereira (2020), esses significados políticos são produzidos nas interações entre atores em conflito, nas quais movimentos formulam enquadramentos para legitimar suas demandas enquanto contramovimentos constroem interpretações concorrentes destinadas a deslegitimá-las ou redefini-las, transformando a própria definição dos problemas públicos em objeto de disputa.

No caso das disputas em torno de gênero e sexualidade, contramovimentos conservadores têm demonstrado elevada capacidade de articulação simbólica e institucional.

Em vez de se apresentarem apenas como forças defensivas ou reativas, esses atores constroem narrativas propositivas sobre ordem social, moralidade e bem comum. Nesse contexto, o pânico moral não aparece como um efeito colateral das controvérsias públicas, mas como um operador central de enquadramento. Ao converter demandas por reconhecimento e participação institucional em ameaças morais difusas, os contramovimentos deslocam o eixo da disputa do campo político-institucional para uma gramática defensiva de alta ressonância cultural.

Essa dinâmica depende de processos de enquadramento interpretativo. Conforme Snow e Benford (1988; 2000), enquadramentos organizam percepções sociais, atribuem responsabilidades e orientam a ação coletiva. Nas disputas analisadas, contramovimentos mobilizam enquadramentos diagnósticos que apresentam políticas voltadas à população LGBTQIA+ como riscos morais ou culturais e formulam enquadramentos prognósticos que defendem seu bloqueio institucional em nome da proteção da família, da infância ou da liberdade religiosa. Esses enquadramentos operam por meio de uma hibridização ideacional que combina argumentos jurídicos e administrativos com narrativas morais sobre decadência social, ampliando sua ressonância pública e dificultando sua contestação.

Nesse contexto, o pânico moral atua como catalisador dos enquadramentos contramobilizadores. Ao simplificar conflitos complexos e condensar ansiedades difusas em narrativas de ameaça iminente, ele reduz custos cognitivos de adesão e intensifica a mobilização afetiva. A construção de inimigos morais claramente identificáveis permite que contramovimentos mobilizem públicos que não necessariamente compartilham posições ideológicas homogêneas, mas que se reconhecem em sentimentos difusos de medo, indignação ou desconfiança. A eficácia política dessa estratégia reside justamente em sua capacidade de articular afetos e argumentos, emoções e normas, em um mesmo dispositivo interpretativo.

Outro elemento central dessa dinâmica é o papel desempenhado por atores institucionais na tradução e circulação desses enquadramentos. Parlamentares, gestores públicos e operadores do direito frequentemente atuam como mediadores entre arenas religiosas, midiáticas e legislativas, conferindo aparência de legitimidade formal a narrativas originalmente estruturadas como alertas morais. Ao rearticular discursos moralizados em linguagem de prudência administrativa ou de defesa do interesse público, esses atores

contribuem para institucionalizar o pânico moral, convertendo-o em racionalidade decisória no interior das próprias instituições.

Esse processo ajuda a explicar por que contramovimentos conservadores têm sido particularmente eficazes em bloquear políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+, mesmo em contextos nos quais há reconhecimento jurídico formal de direitos. A disputa não se dá apenas no plano da legalidade, mas no nível da legitimidade pública e da aceitabilidade moral. Ao elevar os custos simbólicos e políticos da adesão institucional às pautas de gênero e sexualidade, contramovimentos reconfiguram o cálculo estratégico de atores estatais, tornando o apoio a essas agendas uma posição defensiva, politicamente arriscada ou eleitoralmente onerosa.

Compreender essa dinâmica exige reconhecer que o pânico moral não é um desvio episódico, mas um mecanismo recorrente das disputas em torno da cidadania sexual. Ao articular enquadramentos interpretativos, afetos coletivos e oportunidades institucionais, contramovimentos produzem formas de regulação moral que redefinem os limites do reconhecível e do politicamente viável, afetando a institucionalização das pautas LGBTQIA+ e a própria dinâmica da democracia participativa.

5. Controvérsias locais e a moralização de políticas participativas

As dinâmicas discutidas anteriormente tornam-se visíveis em controvérsias recentes sobre a criação de conselhos municipais LGBTQIA+ no interior do Paraná. Embora sejam órgãos consultivos e participativos, sua tramitação legislativa tem gerado disputas simbólicas intensas, nas quais iniciativas administrativas passam a ser reinterpretadas como ameaças morais. Os casos de Maringá e Londrina ilustram como propostas de ampliação da participação social podem ser discursivamente transformadas em riscos à ordem moral.

No caso de Maringá, a proposta de criação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+ emergiu como parte de um processo mais amplo de institucionalização de mecanismos participativos voltados à formulação e monitoramento de políticas públicas para essa população. Inspirada em diretrizes nacionais de promoção da cidadania sexual e em experiências já existentes em outras cidades brasileiras, a iniciativa foi inicialmente apresentada por seus proponentes como instrumento de ampliação da

participação democrática e de interlocução entre sociedade civil e poder público. No entanto, ao longo de sua tramitação legislativa, o projeto passou a ser progressivamente reconfigurado no debate público local.

Na pesquisa que fundamenta este estudo, movimentos e coletivos LGBTQIA+ mobilizaram enquadramentos interpretativos baseados na linguagem dos direitos humanos, da cidadania e da igualdade, apresentando o conselho como instrumento institucional destinado à formulação de políticas públicas e ao fortalecimento do diálogo entre Estado e sociedade civil. Em contraposição, setores conservadores produziram contraenquadramentos que associaram a proposta ao “aparelhamento ideológico” do Estado e à chamada “ideologia de gênero”. Nesse processo, a iniciativa deixou de ser interpretada como mecanismo de participação democrática e passou a ser representada como ameaça a valores sociais fundamentais, contribuindo para sua rejeição legislativa e evidenciando o deslocamento do debate para o registro da ameaça moral e cultural (VILLELA, 2025).

Dinâmica semelhante ocorreu em Londrina, onde em 2021 a Câmara Municipal rejeitou o projeto de criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+. Embora tivesse caráter consultivo e não remunerado, a proposta enfrentou forte oposição de setores religiosos e políticos conservadores. Durante o debate público, opositores difundiram narrativas que atribuíam ao conselho caráter deliberativo, custos ao erário e vínculos com a chamada “ideologia de gênero”. Essas interpretações circularam amplamente em redes sociais, na mídia local e em manifestações públicas, contribuindo para um ambiente de intensa polarização política e moral em torno da proposta (SALES; PASSAMANI; KRITSCH, 2025).

A tramitação do projeto em Londrina evidenciou um padrão de mobilização conservadora marcado pela disseminação de desinformação. Apesar de prever um conselho consultivo e voluntário, a proposta foi reinterpretada como órgão deliberativo e oneroso ao município. Essas narrativas circularam amplamente nas redes sociais e foram amplificadas por lideranças religiosas e atores políticos, produzindo um clima de alarme moral e mobilizações públicas nas proximidades da Câmara Municipal.

Nos dois casos, observa-se um padrão de reconfiguração do conflito político, no qual propostas de participação institucional foram reinterpretadas como ameaças à família, à infância ou à ordem moral. Esse deslocamento resultou da atuação articulada de

contramovimentos conservadores, que mobilizaram repertórios morais, religiosos e jurídicos para amplificar percepções de risco e organizar a oposição pública. Ao transformar conselhos participativos em símbolos de ameaça cultural, essas narrativas elevaram os custos políticos do apoio institucional, levando parlamentares a operar em um ambiente de forte controvérsia moral em torno das propostas.

Sob essa perspectiva, os casos de Maringá e Londrina ilustram a dinâmica de produção de pânicos morais nas disputas sobre políticas voltadas à população LGBTQIA+. Ao mobilizar narrativas de ameaça associadas à família, à infância e à moralidade social, atores conservadores transformaram iniciativas institucionais relativamente modestas em símbolos de um suposto risco civilizacional. Esse processo deslocou o debate do campo dos direitos para o da moralidade coletiva e, em um contexto de polarização, permitiu que políticas participativas fossem reinterpretadas como agendas controversas, desencadeando conflitos políticos de alta intensidade.

CONCLUSÃO

Este artigo sustenta que gênero e sexualidade ocupam posição estratégica nas disputas políticas e simbólicas do Brasil contemporâneo. Controvérsias em torno de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ expressam não apenas divergências institucionais, mas conflitos mais amplos sobre valores, afetos e os limites do que pode ser reconhecido como legítimo no espaço público. A partir da abordagem teórica-metodológica dos enquadramentos interpretativos, argumenta-se que o pânico moral reorganiza essas disputas ao reinterpretar demandas por reconhecimento como ameaças à ordem social, deslocando o conflito para o campo da moralidade. Esse processo é impulsionado pela atuação estratégica de contramovimentos conservadores, que combinam argumentos religiosos, jurídicos e administrativos para ampliar a ressonância pública de narrativas moralizadas e dificultar sua contestação.

Os episódios analisados em Maringá e Londrina ilustram empiricamente esse mecanismo. Em ambos os casos, propostas voltadas à criação de conselhos participativos foram reinterpretadas como ameaças morais difusas, transformando iniciativas administrativas relativamente específicas em controvérsias públicas intensamente polarizadas. Esses casos

sugerem que, em determinados contextos políticos e culturais, mecanismos institucionais de participação voltados à população LGBTQIA+ podem funcionar como pontos de condensação simbólica para disputas morais mais amplas, desencadeando processos de amplificação discursiva que reorganizam o ambiente político no qual decisões legislativas são tomadas.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui para o diálogo entre os estudos sobre enquadramentos interpretativos, contramovimentos e pânico moral ao demonstrar como esses processos se articulam na análise das disputas contemporâneas em torno da cidadania sexual. Ao enfatizar a dimensão relacional da conflitualidade política, a reflexão sugere que bloqueios institucionais não devem ser compreendidos apenas como resultado de correlações formais de poder, mas como efeitos de disputas simbólicas capazes de redefinir as condições de legitimidade das políticas públicas.

Em contextos marcados pela intensificação de ofensivas conservadoras, compreender esses mecanismos torna-se fundamental para analisar os limites e as possibilidades da institucionalização de direitos LGBTQIA+ no nível local. Mais do que episódios isolados, as controvérsias analisadas revelam um padrão mais amplo de moralização do conflito político, no qual gênero e sexualidade se tornam terrenos privilegiados de disputa sobre os próprios contornos da cidadania democrática.

Nesse sentido, a análise sugere que compreender a produção social de pânicos morais torna-se fundamental para investigar como disputas simbólicas em torno da sexualidade influenciam concretamente os limites institucionais da cidadania no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

COHEN, Stanley. Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers. 3. ed. London: Routledge, 2002.

GARLAND, David. Sobre o conceito de pânico moral. *Delictae – Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 36–56, 2017.

GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Oxford: Blackwell, 1994.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 84, p. 9–27, 2017.

MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 101, n. 6, p. 1628–1660, 1996.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 101–128, 2007.

MISKOLCI, Richard. Repensando os estudos sobre “ideologia de gênero”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, jul. 2022.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole S. (org.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. New York: Routledge, 1989. p. 267–319.

SALES, Marcos Alexandre; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; KRITSCH, Raquel. Entre bandeiras e joelhos dobrados: a criação do Conselho Municipal LGBTI+ e o conservadorismo londrinense. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 18, e38, 2025.

SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 8, n. 20, p. 26–49, set./dez. 2020.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, v. 1, p. 197–217, 1988.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 26, p. 611–639, 2000.

VILLELA, Hebert de Paula Giesteira. *Quadros do apagamento: política LGBTQIA+ sem conselho em Maringá*. 2025. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.